

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2025 – CBTU-STU/REC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2025

Assunto: Recurso Administrativo

AC. Ilustríssimo Senhor Pregoeiro.

Ao cumprimentá-lo nesta ocasião, o **CENTRO DE BIOLOGIA EXPERIMENTAL OCEANUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 28.383.198/0001-59, localizada na Rua Aristides Lobo nº 46 e 48, Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.250-450, por intermédio de seu procurador legal infra-assinado, na condição de empresa participante do pregão eletrônico supra referido, vem respeitosamente, conforme determina o item 11 do edital e com fulcro nas previsões da lei nº 13.303/2016, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

em vista da impossibilidade de habilitação da licitante **TECSOLO ANÁLISES LABORATORIAIS E CONSULTORIA LTDA**, consubstanciado nos fatos, provas e nas razões de direito a seguir aduzidos:

I - DOS FATOS

No dia **13 de outubro de 2025** foi aberta a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2025, cujo objeto é **EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TERCEIRIZADO DE ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA DA ÁGUA DE 100 BEBEDOUROS DOMÉSTICOS E 15 INDUSTRIAIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**, onde essa empresa subscrevente esteve presente.

Ao final do certame, finalizada a etapa de lances, restou da forma abaixo a classificação geral do pregão eletrônico:

ITEM 1:

- 1º) ANALYSE LABORATORIO E CONSULTORIA LTDA – R\$ 113.300,00;
- 2º) TECSOLO ANÁLISES LABORATORIAIS E CONSULTORIA LTDA – 262.520,00
- 3º) CENTRO DE BIOLOGIA EXPERIMENTAL OCEANUS LTDA – R\$ 382.250,00;
- 4º) GHS INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA - R\$ 348.700,00;

5º) MOREIRA COSTA LABORATORIOS E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA – R\$ 1.070.008,10;
6º) ALS AMBIENTAL LTDA – R\$ 2.436.015,10

Ainda na data de 13/10/2025 tivemos as seguintes mensagens registradas no portal de compras GOV.BR, conforme abaixo:

“Sr. Fornecedor ANALYSE LABORATORIO E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 43.549.356/0001-91, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 14:00:00 do dia 13/10/2025. Justificativa: Para envio da proposta ajustada e comprovação da viabilidade dos preços ofertados..”

“Sr. Pregoeiro, tendo em vista que conforme edital e termo de referência, os laudos devem ser emitidos com o selo de acreditação do INMETRO, gostaria de retirar o Analyse da disputa, visto que não somos acreditados pelo INMETRO. Obrigada.” (grifamos)

Em uma simples leitura dos textos acima é possível averiguar que a primeira arrematante “ANALYSE LABORATORIO E CONSULTORIA LTDA” identificou de modo tardio que não cumpria as exigências do edital e seus anexos, por não possuir acreditação no INMETRO, conforme regra e exigência EXPLICITA prevista no instrumento convocatório!

O pregoeiro após a comunicação da licitante de que não atenderia as regras edital procedeu com a sua devida desclassificação, prosseguindo com a análise da proposta subsequente conforme preconiza a Lei e o edital.

Após a desclassificação da empresa ANALYSE, a empresa **TECSOLO ANÁLISES LABORATORIAIS E CONSULTORIA LTDA**, arrematou o processo, entretanto, no momento da conferência da documentação, pôde ser constatado que a licitante não atendeu com o exigido em edital em seus itens 9.19.2 e 9.19.5 e itens 8.4, 17.3 e 17.11 do Termo de Referência.

Desta feita, a empresa **TECSOLO ANÁLISES LABORATORIAIS E CONSULTORIA LTDA**, fora erroneamente declarada vencedora em **17 de outubro de 2025**, e esta recorrente manifestou sua intenção de interpor recurso no mesmo dia, dentro do prazo legal, e agora, apresentará suas razões de forma fundamentada.

II – DOS FUNDAMENTOS

II.1 – DA COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Dentre os documentos de habilitação apresentados pela licitante **TECSOLO ANÁLISES LABORATORIAIS E CONSULTORIA LTDA**, constatamos o não cumprimento dos itens 9.19.2 e 9.19.5 do edital e itens 17.3 do Termo de Referência, da documentação relativa à qualificação técnica, que impossibilita a habilitação da recorrida e que para nossa surpresa o Ilmo. Sr. Pregoeiro

julgou procedente para habilitá-la, obviamente que deixando-se levar pelo parecer técnico emitido pela sua equipe de apoio. Segue abaixo o trecho do edital que faz referência à apresentação de tal documento de qualificação técnica:

“9.19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.19.2. Comprovação de que a licitante já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, sendo exigida experiência correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do referido objeto, admitida a somatória de atestados não inferior a 3 anos, conforme item 17.3 do Termo de Referência.” (grifo nosso)

9.19.5. Devera (ão) constar no(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional os seguintes dados: nome da Licitante e da pessoa jurídica contratante, data de início e término dos serviços, local de execução, especificações dos serviços e quantitativos efetivamente executados. (grifo nosso)

TERMO DE REFERÊNCIA

17. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

17.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deve(m) comprovar, no mínimo, a prestação dos serviços em 25% dos serviços de Análise Físico- química da Água e sua Potabilidade em Bebedouros Domésticos e do Tipo Industrial. (grifo nosso)

Após análise do parecer técnico favorável a recorrida (em anexo) e dos atestados enviados, verificamos que a decisão foi completamente errônea, pois os atestados apresentados não informam quantidade alguma para atendimento ao item 9.19.2 do Edital e 17.3 do Termo de Referência. Tal fato é gravíssimo devendo ser revisto pelo Ilmo. Sr. Pregoeiro.

Mais grave que os atestados de capacidade técnica, e impossível de saneamento é o fato de que a recorrida não detém acreditação no INMETRO, conforme exigência do edital e seus anexos, não podendo prosperar com a aceitabilidade de sua proposta e documentos de habilitação. O Termo de Referência é explícito ao exigir em seu item 17.11 a comprovação de acreditação junto ao INMETRO seguindo a norma ABNT ISO/IEC 17.025. Segue abaixo o trecho do Termo de Referência que faz referência à apresentação de tal documento:

TERMO DE REFERÊNCIA

17.11. O Laboratório deverá possuir acreditação de sistema de gestão da qualidade, conforme os requisitos especificados na NBR ISO/IEC 17025.

Abaixo apresentamos ao Ilmo. Sr. Pregoeiro a definição de acreditação:

*“A acreditação é o **reconhecimento formal da competência** de um organismo ou instituição para realizar suas atividades. Por exemplo, o [Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia \(INMETRO\)](#) acredita laboratórios, atestando sua competência técnica para realizar calibrações e testes. “*

Ainda que por ilação se a equipe técnica estivesse inclinada em admitir a subcontratação dos serviços, tal ato seria contrário aos termos da Lei e do edital, pois somente seria possível o atendimento às exigências editalícias subcontratando 100% do objeto pretendido, o que não é admitido pela jurisprudência.

Abaixo é possível evidenciar tais alegações ao ler a previsão constante do item 8.4 do TR:

*“8.4. Emitir os laudos em papel timbrado da empresa responsável pela análise, **com o selo de acreditação pelo INMETRO** e constando a assinatura e nº de registro do responsável técnico pela análise.*

8.4.1. No caso da terceirização de análises, deverá ser fornecida a via original do laudo do laboratório executor das análises;”

Em consulta ao site do INMETRO <http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/> verificamos que a recorrida não consta do rol de empresas habilitadas e aptas a executar análises com selo de acreditação do INMETRO, não atendendo a solicitação do termo de referência.

Mesmo que por um espasmo se a equipe técnica estivesse admitindo alguma possibilidade de subcontratação, para atendimento à exigência de laudos com selo do INMETRO, esbarraria na limitação e vedação EXPRESSA no item 30 TR, conforme abaixo que VEDA qualquer tipo de transferência do objeto à terceiros.

“30) SUBCONTRATAÇÃO

30.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual:

30.1.1. A subcontratação é vedada, pois a empresa contratada deve ter capacidade técnica e pessoal para realizar o serviço em sua totalidade, garantindo a qualidade e o cumprimento das obrigações contratuais.

30.1.2. A fim de garantir a qualidade e o cumprimento das obrigações contratuais, a subcontratação não é permitida, sendo a empresa contratada responsável pela execução integral do serviço.

30.1.3. A subcontratação é vedada, pois a administração pública precisa ter controle sobre a execução do serviço, garantindo o cumprimento das normas de segurança e qualidade.

30.1.4. A subcontratação não é permitida, pois a administração pública quer garantir a responsabilidade da empresa contratada pela execução do serviço.

30.1.5. A justificativa para não subcontratar o serviço de limpeza, visa garantir o controle da qualidade, segurança e cumprimento das obrigações contratuais, além de aproveitar a economia de escala e a capacidade técnica da empresa contratada.

30.1.6. A empresa CONTRATADA terá um conhecimento mais aprofundado do projeto, o que facilita a identificação e a solução de problemas. A administração ao contratar quer ter certeza de que os serviços de limpeza são realizados com a mesma qualidade e padronização, o que pode ser mais difícil de garantir se o serviço for subcontratado para várias empresas.

30.1.7. A subcontratação pode aumentar o risco de acidentes e falhas na execução do projeto, especialmente se a empresa subcontratada não tiver experiência e conhecimento suficiente.”

Ilma Sr. Pregoeiro, é notório que a recorrida não atende a exigência explícita nos itens 8.4 e 17.11 do Termo de Referência, pois ela não possui acreditação no INMETRO, mas mesmo assim sua equipe de apoio na figura do Sr. JOSÉ INÁCIO DE OLIVEIRA decidiu emitir parecer técnico sem respaldo e fundamento para habilitar a recorrida e decidir pelo prosseguimento à contratação

O Sr. JOSÉ INÁCIO DE OLIVEIRA em nenhum trecho do seu parecer técnico cita as exigências previstas no subitem 9.19.2 do edital e 8.4, 17.3 e 17.11 do Termo de Referência, emitindo apenas parecer em relação ao tempo dos atestados de capacidade técnica, conforme print do Parecer Técnico:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Todos os atestados atendem o solicitado.

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – PEL 18/2025 – TECSOLO

NÚMERO	ÓRGÃO/EMPRESA	CONTRATO/PROC.	VIG. MESES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QUANT. MESES
01	Hospital do Tricentenário		57	08/2017 A 05/2022	57
02	Hospital Memorial Arcoverde LTDA		12	04/2023 A 04/2024	12
03	Santa Casa da Misericórdia do Recife		12	26/04/2023 A 26/04/2024	12
04	HEMOBRAS	Nº 26/2022	12	08/07/2023 A 08/07/2024	12

Solicitamos a Ilmo. Sr. Pregoeiro questionar o Sr. JOSÉ INÁCIO DE OLIVEIRA JUNIOR sobre qual o motivo da ausência no parecer técnico da análise da exigência do subitem 9.19.2 do edital e itens 8.4, 17.3 e 17.11 do Termo de Referência, pois tal critério está expressamente previsto nas condições de qualificação técnica e cumprimento de execução contratual.

Pedimos vênias a Ilmo. Sr. Pregoeiro, que a máxima atenção seja dispensada na análise do parecer emitido pela sua equipe de apoio, pois o mesmo não tem o condão de prosperar, por ser ilegítimo devido aos vícios insanáveis, necessitando ser combatido na forma da Lei, pois caso mantida a decisão frágil e limitada da análise técnica, a CBTU estaria infringindo questões basilares da Lei e do edital, sendo tais aspectos já julgados e decididos pelo Tribunal de Contas da União - TCU!

III. DO PEDIDO

Diante da ausência de documentos exigidos no edital e Termo de Referência, estando comprovado que a decisão não está em sintonia com as exigências de capacitação técnica, confiamos que seja reconsiderada, por este Ilmo. Sr. Pregoeiro, a decisão referente ao julgamento da licitação para:

a) INABILITAR a empresa **TECSOLO ANÁLISES LABORATORIAIS E CONSULTORIA LTDA** do pregão eletrônico nº 90018/2025, uma vez que a licitante vencedora **NÃO CUMPRIU** com o exigido nas exigências editalícias.

Caso esse Ilmo. Pregoeiro não reconsidere sua decisão nos termos pleiteados, requer-se seja o presente recurso administrativo devidamente recebido, instruído e encaminhado à autoridade superior competente a quem, desde já, pede o seu provimento para reformar a combatida decisão.

Termos em que
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2025.

Richard Secioso Guimarães
Diretor Executivo/Representante Legal
Centro de Biologia Experimental Oceanus Ltda
RG 20.077.051-9 DICRJ
CPF 112.589.787-25

PREGÃO ELETRÔNICO SRP UASG 275057 – SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

Após a análise da proposta da Proponente: **Razão Social: Tecsolo Análises Laboratoriais e Consultoria Ltda Inscrição no CNPJ: 40.857.922/0001-34 Endereço: Rua Bispo Cardoso Ayres,147, Salas 108 e 109, Edifício Centro Empresarial do Príncipe, Santo Amaro, Recife-PE.CEP: 50.050-135. Telefone: Fixo: (81) 3129-7116 Celular/Zap (81) 98571-1204, bem** como dos atestados de capacidade técnica. Verificamos que a mesma **atende** o Solicitado pela área Técnica desta STU-REC. Conforme descrito abaixo.

OBJETO: ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA DA ÁGUA SUA QUALIDADE E VERIFICAÇÃO DA SUA POTABILIDADE EM BEBEDOUROS DOMÉSTICO E DO TIPO INDUSTRIAL, EM 100 (CEM) APARELHOS DO TIPO DOMÉSTICO E 15 (QUINZE) DO TIPO INDUSTRIAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS NAS DEPENDÊNCIAS DO EOA (EDIFÍCIO OPERACIONAL ADMINISTRATIVO), DO CMC (CENTRO DE MANUTENÇÃO DE CAVALEIRO), ESTAÇÕES DA LINHA CENTRO, LINHA SUL ELÉTRICA, LINHA DIESEL E OFICINA EDGAR WERNECK, QUE VISA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CBTU/STU-RECIFE

Os valores apresentados na Proposta então em conformidade limites do solicitado

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Todos os atestados atendem o solicitado.

CONCLUSÃO

Após a análise da proposta da Proponente

Razão Social: Tecsolo Análises Laboratoriais e Consultoria Ltda Inscrição no CNPJ: 40.857.922/0001-34 Endereço: Rua Bispo Cardoso Ayres,147, Salas 108 e 109, Edifício Centro Empresarial do Príncipe, Santo Amaro, Recife-PE.CEP: 50.050-135. Telefone: Fixo: (81) 3129-7116 Celular/Zap (81) 98571-1204, , bem como dos atestados de capacidade técnica. Verificamos que a mesma **atende** o Solicitado pela área Técnica desta STU-REC. Após a análise inclusive dos atestados

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente

JOSE INACIO DE OLIVEIRA

Data: 15/10/2025 13:50:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

COELI- COORDENAÇÃO

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – PEL 18/2025 – TECSOLO

NÚMERO	ÓRGÃO/EMPRESA	CONTRATO/PROC.	VIG. MESES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	QUANT. MESES
01	Hospital do Tricentenário		57	08/2017 A 05/2022	57
02	Hospital Memorial Arcoverde LTDA		12	04/2023 A 04/2024	12
03	Santa Casa da Misericórdia do Recife		12	26/04/2023 A 26/04/2024	12
04	HEMOBRAS	Nº 26/2022	12	08/07/2023 A 08/07/2024	12

Obs.: Considerando a análise da área solicitante (COELI), em anexo, e nossa verificação, **ATESTAMOS** que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela licitante Tecsolo Análises Laboratoriais e Consultoria LTDA possuem os requisitos formais exigidos. Com o período total de 69 (sessenta e nove) meses de prestação de serviços, portanto, **ATENDE** o que determina os Arts. 138 e 142 do RILC/CBTU e o item 17 do TERMO DE REFERÊNCIA, conforme planilha descritiva acima.